

# OS IMIGRANTES E A VIOLÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO 20

Olga Maria Panhoca da Silva<sup>1</sup>

Rodrigo A. Prando<sup>2</sup>

Luiz Panhoca<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Pós-doutorado,  
doutorado e  
mestrado na  
área de Saúde  
Pública pela FSP  
USP, professora  
da Universidade  
Estadual de Santa  
Catarina – UDESC

<sup>2</sup>Mestre em  
Sociologia  
pela UNESP  
de Araraquara,  
professor da  
Universidade  
Presbiteriana  
Mackenzie

<sup>3</sup>Doutor em  
contabilidade pela  
FEA-USP, mestre  
em Economia pela  
PUC SP, professor  
e coordenador do  
Núcleo de Estudos  
do Terceiro Setor  
da Universidade  
Presbiteriana  
Mackenzie

SILVA, Olga Maria Panhoca da; Prando, Rodrigo A.; Panhoca, Luiz. Os imigrantes e a violência na cidade de São Paulo no início do século 20. *Salusvita*, Bauru, v. 27, n. 3, p. 317-336, 2007.

## RESUMO

A violência no Brasil acomete principalmente as comunidades mais vulneráveis. Neste estudo, focou-se a discussão do imigrante como pessoa em situação de vulnerabilidade no contexto sociológico e histórico da cidade de São Paulo. Este estudo tem por objetivo evidenciar e discutir a violência ocorrida com os imigrantes na cidade de São Paulo no período de 1910 a 1950. Foram observados Laudos de Corpo de Delito do acervo de Instituto Médico Legal de São Paulo. Coletaram-se as informações: ano de ocorrência, número do laudo, tipo de laudo, idade, gênero e nacionalidade da vítima. Os imigrantes sofreram mais pela violência que os demais principalmente ao entrarem no país. Para pessoas não brasileiras, predominou os laudos de italianos nos anos de 1910 e 1915, portugueses até 1925 e leste europeu de 1925 a 1940. O percentual de lesões autoprovocadas é alto para os alemães e imigrantes do leste europeu. A análise comprova que os imigrantes foram mais acometidos por agressões e acidentes do que as demais pessoas da cidade.

Palavras-chave: imigrantes, violência, morbidade

## ABSTRACT

*The violence in Brazil occurs to the vulnerably communities. In this study we focused the immigrant as vulnerable people and its integra-*

Recebido em: 24/02/2006

Aceito em: 12/01/2006

*tion in sociologic and historic contexts in Sao Paulo city. This study had the objective of describing the violence to immigrants in Sao Paulo city in the period 1910 - 1950. The present study was conducted in Instituto Médico Legal de São Paulo. The data was collected from the reports and the variables were: year of the occurrence, report' number, type, age, sex and nationality. The immigrants suffered more than the Brazilian' people, at worst, when they arrived in Brazil. The highest number of lesions occurs to foreign people, to the Italians 1910-1915, Portuguese until 1925 and East Europeans to 1925-1940. The number of self-inpitted lesions was high the Germans and people from East Europe. This analysis discus the immigration as historic and sociologic process and show the immigrants were vulnerable and suffered more body' lesions and accidents than local people.*

*Key words: immigrants, violence, morbidity*

## INTRODUÇÃO

São Paulo, no século 20, teve um crescimento populacional sem padrões de comparação (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 1994; FRÚGOLI JÚNIOR, 1995). A cidade sempre viveu numa lógica preconceituosa em que o pobre teve que lutar para sobreviver. Pode-se considerar que a correlação entre o crescimento populacional e a violência está marcadamente demonstrada por meio de estudos de laudos de lesões corporais e necropsias para a cidade de São Paulo (SILVA; PANHOCA, 2002).

De acordo com a história, o século 20, desde seu início com os escravos libertos, “caipiras” e imigrantes chegando à cidade, diferentes “ondas” de violência foram percebidas e ligadas a fatores como a imigração e a pobreza. As pessoas em situação de vulnerabilidade sofrem mais doenças infecciosas, doenças degenerativas, assim como a morte e a violência.

A violência é, aqui, entendida não somente como a criminalidade, mas também como os acidentes de trabalho, de trânsito e demais, e as lesões autoprovocadas, e ocorrem em contextos históricos e sociológicos. Essa violência leva a uma lógica de isolamento e de medo que pode também agravar a situação com a perda de auto-estima culminando no aumento de patologias complexas que assustam cada vez mais a sociedade.

Muitos podem imaginar que esta situação é algo recente, devido ao aumento do tráfico de drogas, falta de oferta de empregos, falta

SILVA, Olga Maria Panhoca da; PRANDO, Rodrigo A.; PANHOCA, Luiz. Os imigrantes e a violência na cidade de São Paulo no início do século 20. *Salusvita*, Bauru, v. 27, n. 3, p. 317-336, 2007.

SILVA, Olga  
Maria Panhoca  
da; PRANDO,  
Rodrigo A.;  
PANHOCA, Luiz.  
Os imigrantes e a  
violência na cida-  
de de São Paulo  
no início do sécu-  
lo 20. *Salusvita*,  
Bauru, v. 27, n. 3,  
p. 317-336, 2007.

de acesso à educação, mas podemos verificar que a violência sempre existiu em diferentes graus de manifestação nas diferentes épocas de nossa história. O que notamos é que hoje na cidade de São Paulo ela está muito presente devido a fatores como aumento da população, urbanização desestruturada, falta de planejamento socioeconômico; contudo, a interpretação sócio-histórica demonstra que ela ocorre sempre para os vulneráveis. Sejam eles os sem recursos, os diferentes por algum motivo, idioma, religião, costumes... os estudos não explicam todas as possibilidades e o que realmente aconteceu é muito difícil de ser entendido sem uma visão que extrapola a área da saúde (OLIVEIRA, 1993; FEIGUIN; LIMA, 1995). Um fenômeno social como a violência ocorre dentro de redes de condições, relações e emoções (GAWRYSZEWSKI, 1995) e contextos históricos, geográficos e sociológicos diversos.

A abordagem da temática ora implica a compreensão de que a imigração é um processo histórico de longo alcance e que traz em seu bojo conseqüências econômicas, políticas e sociais. Há, assim, a necessidade de se conhecer a estruturação social como fundamento para o entendimento desse processo e suas conseqüências. Não há, portanto, sociedade que não possua sua estrutura social, não há sociedade que não se organize para produzir as condições materiais de sua existência e, nesse sentido, há em todas as sociedades o poder político, assentado na relação de mando e obediência e a legitimação subjacente: o que legitima o mando e quem manda?

## **A ESTRUTURA SOCIAL E A SOCIEDADE BRASILEIRA**

É sob a égide da burguesia e do capitalismo – como processo de civilização universal – que o mundo se tornou pequeno. A primeira onda de globalização já se inicia com a expansão e com a necessidade de novos mercados. Antes era a guerra que deslocava milhares de pessoas para outras regiões do globo, agora, é o comércio. A produção de mercadorias necessita de vários elementos articulados.

A base econômica do capitalismo constitui-se na relação entre burguês e proletário. O burguês, dono dos meios de produção (matéria-prima, ferramentas, fábricas, etc.), contrata o proletário em troca de salário. Este, por sua vez, é duplamente livre: livre porque não possui os meios de produção e porque pode vender sua força de trabalho para o capitalista que quiser. Essas relações não são mais pessoais, mas impessoais. Se antes o trabalho excedente era apropriado pelo senhor feudal de maneira visível, agora, não mais será. Não será

mais o trato e, sim, o contrato o regulador das relações de trabalho. O trabalho livre e assalariado e toda a falta de transparências advindas dele ocultará o processo de exploração entre as classes sociais. A renda será, neste sentido, assim distribuída: lucro e juro remuneram ao capitalista, renda da terra remunera o proprietário de terra e salário ao proletário. É na relação entre essas três grandes classes sociais que se apreenderá o dinamismo na sociedade capitalista.

O tempo histórico não é unívoco, único; o tempo da economia é mais veloz do que, por exemplo, o tempo político ou social. Vivem-se temporalidades históricas distintas e ao mesmo tempo. A Europa necessita de novos mercados para seus produtos manufaturados. Necessita também de novos fornecedores de matérias-primas. É a Península Ibérica – Espanha e Portugal – que se lançará com afinco nos mares em busca de novos mundos.

Nosso descobrimento é, portanto, fruto do desdobramento do capitalismo europeu, da primeira grande onda globalizadora:

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 11).

Uma descoberta, uma colônia, um país, um novo povo: a questão de nossa formação. Ainda nas palavras de Caio Prado Júnior sobre nossa colonização:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isso. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 20).

Somamos a Caio Prado Júnior outro autor que contribui, singularmente, para compreensão de nossa formação: Gilberto Freyre. Em monumental obra, Freyre buscará dar conta de explicar a formação da sociedade brasileira. O autor escreverá que as características gerais da colonização portuguesa no Brasil: a constituição de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida; o indígena na formação da

SILVA, Olga Maria Panhoca da; PRANDO, Rodrigo A.; PANHOCA, Luiz. Os imigrantes e a violência na cidade de São Paulo no início do século 20. *Salusvita*, Bauru, v. 27, n. 3, p. 317-336, 2007.

SILVA, Olga  
Maria Panhoca  
da; PRANDO,  
Rodrigo A.;  
PANHOCA, Luiz.  
Os imigrantes e a  
violência na cida-  
de de São Paulo  
no início do sécu-  
lo 20. *Salusvita*,  
Bauru, v. 27, n. 3,  
p. 317-336, 2007.

família brasileira, o colonizador português e o escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro são os capítulos do escrito freyriano.

Se Prado Júnior destaca a essência de nossa formação em termos econômicos, é Freyre quem, além do aspecto econômico, nos dará as feições sociais advindas do complexo *Casa Grande & Senzala*. O poder do patriarca na família, a importância da religião, a miscigenação e a sexualidade do brasileiro são enfocados nesta sociedade nos trópicos. A leitura atenta de Freyre nos indica – bem menos do que uma democracia racial – as atitudes de autoridade e de violência sofridas pelos negros por parte do branco. Nessa leitura Freyre não se pode negar a incursão pela violência intrínseca à nossa formação sócio-histórica. De modos diferentes para os índios e para os negros africanos – de várias etnias distintas –, ambos vão sofrer a violência do branco. A estrutura social baseada na grande propriedade fundiária (a terra), a monocultura voltada para o exterior e a escravidão marcarão para sempre a vida do brasileiro. O poder do senhor, aqui, era total – o patriarca –, em suas relações, imprimia sua autoridade com violência. O Estado nunca fez frente ao poder das elites dominantes. Nascemos – enquanto país – sob a égide da violência e muito longe de uma democracia racial. A escravidão será uma nódoa que nos marcará para sempre de forma indelével (NABUCO, 2000).

No que tange, ainda, à estrutura social Holanda (1975), discute as noções de público e privado no Brasil. Tais domínios – a esfera pública e a privada – nunca foram bem distinguidos. Dessa forma: “a escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias” (HOLANDA, 1975, p. 106). O brasileiro, o homem cordial, é avesso às regras burocráticas, impessoais. Entre nós, tende a dominar a cordialidade no sentido de expressões pautadas pelo uso do sentimento e não da razão impessoal. Não desejamos ser cidadãos e, sim, pessoas. Queremos nossas relações assentadas na personalidade, no amor ou no ódio e não na indiferenciação advinda da lei, que nos torna iguais.

Em síntese, temos dois mundos distintos: o feudal e capitalista. Temos, conseqüentemente, duas formas de sentir, pensar e agir. O Brasil é fruto da expansão econômica do modo de produção capitalista, das grandes navegações. Nossa colonização e toda a nossa posterior constituição em uma sociedade nacional nos trouxe para a coexistência entre duas temporalidades históricas: a personalidade do medieval e a impessoalidade burocrática do capital.

Construímos nossas manifestações e representações acerca de nossa nacionalidade baseados na formação de uma colônia para exploração, na grande propriedade de terras, no trabalho escravo, no

poder da família patriarcal, na violência cotidiana que escravos, libertos e homens pobres sofriam, na indiferenciação dos espaços públicos e privados e numa democracia que, ainda hoje, está em construção. Do amálgama desses elementos, temos uma única certeza: somos um país violento e de distribuição iníqua da riqueza produzida.

## SÃO PAULO E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO

São Paulo, desde sua fundação, foi um importante centro de ligação entre o mar e o interior do continente. Os portugueses, juntamente com os nativos, e, posteriormente, junto com os escravos africanos, interligaram a cidade como entreposto comercial. No período da Independência, São Paulo foi declarada capital da província e já se mostrava próspera e importante, onde já havia padrões de vida urbana dentro dos modelos do período colonial (SÃO PAULO-SP – PREFEITURA, 1992).

No início do século 20, a economia brasileira estava baseada no modelo de exportação agrícola. Em 1889-1897, 67,7% da exportação nacional era de café e esse padrão manteve-se acima de 47,4% até 1939. São Paulo deteve a hegemonia da cultura do café durante esse período e, com esse dinheiro, o poder político foi capaz de impulsionar o período industrial (CERRI, 1997).

Em 1889, com a implantação da República e o sistema federativo que fez os Estados independentes, fortaleceu-se a autonomia da cidade de São Paulo que pôde, então, constituir forças policiais e contrair empréstimos internacionais (PILAGALLO, 2002). A libertação dos escravos em 1888 e a explosão da produção cafeeira trouxeram para a cidade muitas pessoas que moravam na região do Vale do Paraíba – a primeira cultura de café intensiva presente na província. Essas pessoas permaneceram juntas com os escravos libertos que moravam na periferia da cidade, aumentando o contingente da cidade. Nesse período, a lei de aquisição de terras não possuía parâmetros claros. Em 1886, o governo estabeleceu que a terra improdutiva voltava a ser de sua propriedade. Essas terras eram chamadas de “devolutas” e o poder municipal as vendeu em grandes lotes, apenas para construir residências de luxo. As autoridades não venderam terras ao cidadão sem documentos ou empregos. Como resultado do processo, no começo do século, os pobres permaneceram fora da cidade e com terras ilegais e, desse modo, os escravos libertos, imigrantes, desempregados e pobres formaram uma comunidade periférica excluída da urbanização legal da cidade, mas que a mantinha com mão-de-obra e serviços em abundância (MARICATO, 1996).

SILVA, Olga Maria Panhoca da; PRANDO, Rodrigo A.; PANHOCA, Luiz. Os imigrantes e a violência na cidade de São Paulo no início do século 20. *Salusvita*, Bauru, v. 27, n. 3, p. 317-336, 2007.

SILVA, Olga  
Maria Panhoca  
da; PRANDO,  
Rodrigo A.;  
PANHOCA, Luiz.  
Os imigrantes e a  
violência na cida-  
de de São Paulo  
no início do sécu-  
lo 20. *Salusvita*,  
Bauru, v. 27, n. 3,  
p. 317-336, 2007.

A terra da cidade permaneceu nas mãos de pequenos grupos ligados ao poder político e aos grandes fazendeiros. O dinheiro da terra vendida sustentava a política de imigração.

A produção de café cresceu. O dinheiro trouxe para a cidade inovações ao seu progresso, como ruas pavimentadas, novas vias públicas, iluminação a gás, o telégrafo e a rede de encanamento de águas e esgoto (FAUSTO, 1999).

São Paulo tinha infra-estrutura para saúde e educação públicas. Sendo assim, o progresso atraiu cada vez mais desempregados para suas periferias.

São Paulo estava distante do Rio de Janeiro, que era famoso na Europa por apresentar algumas pragas ou epidemias como: febre amarela, peste bubônica, diarreia e catapora (COTRIM, 1999). São Paulo, para atrair a imigração, promoveu uma reforma ampla na saúde pública tentando distanciar sua imagem das epidemias.

Como as condições climáticas eram favoráveis ao crescimento da cafeicultura, o governo da Província de São Paulo incentivou a construção de ferrovias para o transporte de café.

O governo investiu muitos recursos advindo da venda de terras devolutas e de empréstimos internacionais na indústria cafeeira, ferrovias e na imigração, tornando São Paulo num dos maiores centros econômicos do cenário brasileiro através de todo o século 20. A imigração européia era capaz de utilizar técnicas agrícolas em substituição vantajosa aos escravos (FAUSTO, 1991; 1999). A imigração torna-se um grande negócio.

As leis da Província, de 30 de março de 1831, autorizaram a emissão de bônus governamentais para cobrir os custos com os navios e passagem dos imigrantes. Em agosto, foi criada a Associação para Ajuda da Colonização a fim de prover recursos para todos aqueles que gostariam de trabalhar em fazendas juntamente com suas famílias. Dez anos mais tarde, com o sucesso dessa iniciativa, a movimentação desses imigrantes tornou o comércio urbano de São Paulo próspero e estimulou uma incipiente mas progressiva industrialização na capital. Estimulando esse processo, as leis da província de fevereiro de 1881 aumentaram os recursos de cada colonizador, reembolsando as despesas com viagem e criando a “Hospedaria dos Imigrantes” na capital para abrigo das pessoas em trânsito até que os mesmos estivessem empregados. Os resultados da política de imigração no período imperial mostraram, de acordo com os censos de 1872 e 1886, que a proporção de europeus na população da província cresceu de 1,2% para 4,4%. Os efeitos da imigração na expansão industrial e comercial da capital durante o mesmo período indicaram um crescimento intensivo de 8% para 25%. O fluxo de entrada e sa-

ída da capital foi intensificado pela baixa estabilidade da imigração urbana comparada com a imigração rural.

A monocultura do café forçou as pessoas a procurarem por comida nos centros urbanos, uma vez que os gêneros alimentícios não eram produzidos nas fazendas. A cidade de São Paulo foi se tornando cada vez maior, os negócios, o comércio e a indústria prosperaram. Muitos imigrantes instalaram-se na capital que já começava a mostrar seu progresso. Na capital, pôde-se computar: 23.243 habitantes em 1872, 44.030 em 1890 e 192.409 em 1893 (FAUSTO, 1999). Café, ferrovias e imigração foram os três fatores responsáveis pelo progresso de São Paulo e o aumento da exportação brasileira, tornando mais dinâmica a economia inteira do país. A capital do Estado se tornou o segundo mais importante centro do cenário nacional num curtíssimo período de tempo.

Muitas epidemias desapontaram e assustaram os imigrantes que sabidamente eram suscetíveis a doenças tropicais devido a razões imunológicas. Febre amarela e febre tifóide, ironicamente, pareciam preferir estrangeiras a brasileiros. O Estado interveio na saúde pública adotando medidas sanitárias por razões econômicas e sob ameaças dos países europeus bloquearem a imigração. Assim, o governo brasileiro respondeu criando hospitais e institutos médicos dedicados à experimentação de vacinas e produtos médicos.

Em 1901, o governo italiano obrigou o governo de São Paulo a proteger os imigrantes desde a saída destes da Itália até instalarem-se nas fazendas e o *Commisariato dell' emigrazione* foi criado para vistoriar o processo (CENNI, 1975). Em 1902, o governo italiano tentou proibir a imigração para o Brasil por meio do relatório Rossi.

Não foram somente lavradores que entraram no Brasil; intelectuais e médicos foram convidados a trabalhar em São Paulo (LEVY, 1974; SALLES, 1997). Houve uma mistura de nacionalidades levando, ainda mais, à miscigenação do brasileiro.

Na passagem do século, a exportação do café começou a diminuir e, em 1905, foi obtido um acordo com o governo federal que comprava o excesso da produção de café que não era exportado. Parte dos fazendeiros passou a investir no setor industrial e parte deles faliu (PILAGALLO, 2002).

O fracasso da produção cafeeira, o comércio urbano e a indústria atraíram muitas pessoas e muito dinheiro para o setor industrial. Em 1889, havia 600 indústrias na cidade e em 1920 o número estava estimado em 13.336, com 54 mil trabalhadores. Os imigrantes que chegaram à cidade possibilitaram sua transformação em moderno centro de indústrias. O dinheiro também veio com eles. As condições insalubres de trabalho eram evidentes, sendo crianças e mulheres as

SILVA, Olga Maria Panhoca da; PRANDO, Rodrigo A.; PANHOCA, Luiz. Os imigrantes e a violência na cidade de São Paulo no início do século 20. *Salusvita*, Bauru, v. 27, n. 3, p. 317-336, 2007.



SILVA, Olga Maria Panhoca da; PRANDO, Rodrigo A.; PANHOCA, Luiz. Os imigrantes e a violência na cidade de São Paulo no início do século 20. *Salusvita*, Bauru, v. 27, n. 3, p. 317-336, 2007.

mais afetadas. Os imigrantes trabalhavam 15 horas por dia durante sete dias da semana. Nesse período, não havia legislação para trabalhadores e para acidentes de trabalho. Os italianos trouxeram organizações e sindicatos que se moviam contra as péssimas condições de trabalho. Para São Paulo, a Primeira Guerra trouxe possibilidades de desenvolvimento da indústria (DONATO, 1982).

A imigração para a cidade continua a acontecer durante quase todo o século 20. Os sírios e libaneses vinham em grandes contingentes e, após a década de 1930, os judeus hostilizados no leste da Europa continuaram a buscar a cidade e suas oportunidades.

O Brasil atraiu contingentes imensos de imigrantes e, mesmo após os períodos da Primeira e Segunda Guerras, a imigração continuou e permaneceu por meio de contingentes legais e muitas vezes ilegais.

As ondas de violência podem ser detectadas através dos casos que chegaram a extremos e, portanto, foram para o Instituto Médico Legal de São Paulo – IML. Os arquivos do IML refletem a violência que ocorreu nessa cidade como um espelho através do tempo.

## OBJETIVO

Este estudo tem por objetivo evidenciar e discutir a violência ocorrida com os imigrantes na São Paulo, no período de 1910 a 1950.

## MATERIAL E MÉTODO

Foram observados Laudos de Corpo de Delito do acervo de IML, contidos no Arquivo do Estado, no período de 1910 a 1950. Sortearam-se sistematicamente amostras de 150 laudos, sendo uma amostra a cada cinco anos, iniciando em 1910 e terminando em 1950, perfazendo um total de 9 amostras, totalizando 1.350 laudos.

Coletaram-se as informações (variáveis): ano de ocorrência, número do laudo, tipo de laudo, idade, gênero e nacionalidade da vítima e causa da violência. Essas informações configuraram um banco de dados analisado em séries temporais para o período.

Os laudos sem identificação de nacionalidade foram desconsiderados. Agruparam-se os sírios, árabes e turcos com a denominação “oriente médio” e as nacionalidades lituana, russa, húngara, romena, polaca, iugoslava, armênia e estoniana como “leste europeu”. Os grupos com número de laudos inferior a dez não foram analisados.

Estudaram-se os laudos para caracterizar as agressões, acidentes e lesões autoprovocadas.

## RESULTADOS

Para o período, foram encontrados 1.352 laudos de corpo de delito para pessoas de 16 nacionalidades (Tabela 1). Para os anos de 1910 e 1915, o número de estrangeiros se mostrou maior do que o de brasileiros, na Tabela 1 e no Figura 1 se evidencia essa distribuição.

Dos laudos para pessoas não brasileiras (Figura 2), nota-se a predominância de italianos nos anos de 1910 e 1915, sendo superados em número pelos portugueses até 1925 e nessa data decresce até o final de 1950. Verificou-se a importância dos imigrantes do leste europeu no período de 1925 a 1940, sendo que o número de laudos superava o de espanhóis.

Nota-se, na Tabela 2, que, para os brasileiros, há uma semelhança entre o percentual de laudos com causa na agressão e acidentais, enquanto para os estrangeiros demonstrou-se um percentual mais acentuado de laudos com causa na agressão. Em relação à causa externa da lesão os portugueses e italianos mostram padrões semelhantes, enquanto os espanhóis e imigrantes do leste europeu, mostram a composição de laudos por agressão em torno de 50%. Para os imigrantes do oriente médio, esse percentual é 75%.

Verifica-se que o percentual de lesões autoprovocadas é extremamente alto para os alemães e imigrantes do leste europeu. Bastante reduzido para os imigrantes do oriente médio e portugueses.

A composição por gênero (Tabela 3) mostra uma distribuição semelhante para brasileiros, italianos e portugueses, mas, um padrão mais concentrado para o gênero masculino entre os imigrantes do leste europeu, oriente médio e alemães.

Ocorrem diferentes padrões de distribuição por faixa etária (Tabela 4) para as diversas nacionalidades, sendo a maior concentração de ocorrências para os brasileiros na faixa de 19 a 25 anos, enquanto os estrangeiros para a faixa de 31 a 40 anos e para os italianos e espanhóis de 41 a 50 anos.

SILVA, Olga  
Maria Panhoca  
da; PRANDO,  
Rodrigo A.;  
PANHOCA, Luiz.  
Os imigrantes e a  
violência na cidade  
de São Paulo  
no início do século  
20. *Salusvita*,  
Bauru, v. 27, n. 3,  
p. 317-336, 2007.

SILVA, Olga  
 Maria Panhoca  
 da; PRANDO,  
 Rodrigo A.;  
 PANHOCA, Luiz.  
 Os imigrantes e a  
 violência na cida-  
 de de São Paulo  
 no início do sécu-  
 lo 20. *Salusvita*,  
 Bauru, v. 27, n. 3,  
 p. 317-336, 2007.

Tabela 1 – Número de laudos, segundo nacionalidade e ano

Nacionalidade	1910	1915	1920	1925	1930	1935	1940	1945	1950	Total
Brasileira	62	60	71	81	92	102	121	132	137	858
Italiana	47	35	19	24	13	15	6	2	3	164
Portuguesa	19	26	21	32	15	20	10	12	8	163
Espanhola	8	8	8	9	3	7	3	3	4	53
Leste Europeu	4			2	12	10	8	3	2	41
Oriente médio	7	1	2	5	5	2	3	3		28
Alemã	6	2	2	4	2		3	1		20
Austríaca	2	1		2	4		1			10
Francesa		1			1	1			1	4
Argentina			1			1	1			3
Suiça			2							2
Japonesa				1			1			2
Norte-americana		1								1
Grega		1								1
Egípcia		1								1
Belga						1				1
<b>Total estrang.</b>	<b>93</b>	<b>77</b>	<b>55</b>	<b>79</b>	<b>55</b>	<b>57</b>	<b>36</b>	<b>24</b>	<b>18</b>	<b>494</b>
<b>Total geral</b>	<b>155</b>	<b>137</b>	<b>126</b>	<b>160</b>	<b>147</b>	<b>159</b>	<b>157</b>	<b>156</b>	<b>155</b>	<b>1352</b>

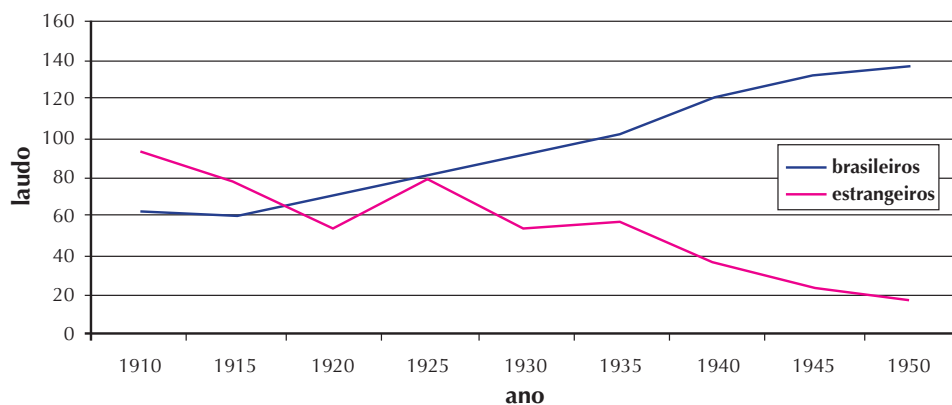


Figura 1 – Laudos para brasileiros e estrangeiros

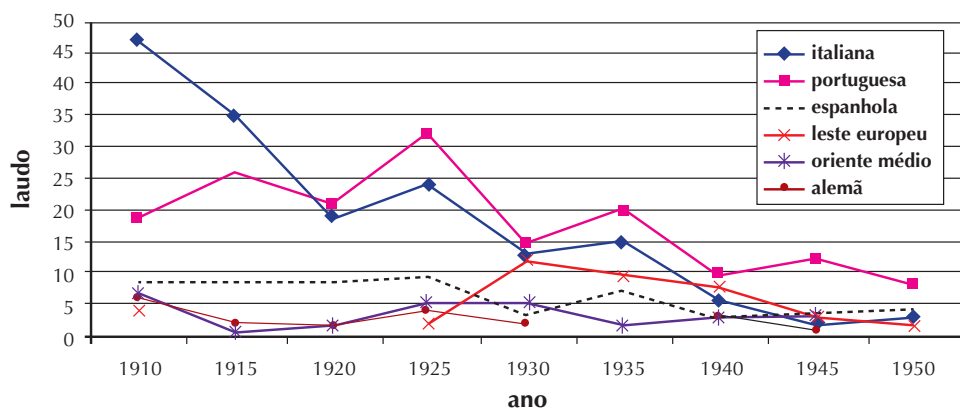


Figura 2 – Laudos de estrangeiros segundo nacionalidade e ano de ocorrência

Tabela 2 – Percentual por tipo de causa externa e nacionalidade

Nacionalidade	Agressões	Acidentes	Lesões Autoprovocadas	Outras	Total
Brasileira	48.5	43.2	6.3	1.9	100
Italiana	62.8	28	7.3	1.8	100
Portuguesa	64.4	28.8	4.3	2.4	100
Espanhola	52.8	39.6	5.7	1.9	100
Leste Europeu	53.7	34.1	12.2	0	100
Oriente médio	75	17.9	3.6	3.6	100
Alemã	30	40	25	5	100
<b>Total estrang.</b>	<b>60.7</b>	<b>30.4</b>	<b>6.9</b>	<b>2</b>	<b>100</b>
<b>Total geral</b>	<b>53</b>	<b>38.5</b>	<b>6.5</b>	<b>1.9</b>	<b>100</b>

Tabela 3 – Percentual de laudos por sexo e nacionalidade

Nacionalidade	Feminino	Masculino	Total
Brasileira	21	79	100
Italiana	24	76	100
Portuguesa	22	78	100
Espanhola	30	70	100
Leste Europeu	15	85	100
Oriente médio	14	86	100
Alemã	15	85	100
<b>Total geral</b>	<b>22</b>	<b>78</b>	<b>100</b>

Tabela 4 – Percentual de laudos por faixa etária e nacionalidade

Nacionalidade	-de1	1-5	6-14	15-18	19-25	26-30	31-40	41-50	51-60	61e+	ind	Total
Brasileira	1.3	3.8	11.0	9.1	28.6	13.5	16.1	8.5	4.1	2.1	2.0	100
Italiana	0.0	0.0	1.8	1.2	10.4	11.6	19.5	26.2	17.7	9.8	1.8	100
Portuguesa	0.0	0.0	0.6	3.7	13.5	16.0	28.8	20.2	11.7	3.7	1.8	100
Espanhola	0.0	1.9	3.8	3.8	17.0	11.3	18.9	20.8	15.1	5.7	1.9	100
Leste Europeu	0.0	0.0	2.4	0.0	24.4	14.6	41.5	9.8	4.9	2.4	0.0	100
Oriente médio	0.0	0.0	3.6	3.6	17.9	21.4	25.0	14.3	10.7	0.0	3.6	100
Alemã	0.0	0.0	10	5.0	15	15.0	25.0	5.0	0.0	20.0	5.0	100
<b>Total</b>	<b>0.8</b>	<b>2.5</b>	<b>7.8</b>	<b>6.7</b>	<b>23.1</b>	<b>13.8</b>	<b>19.4</b>	<b>12.6</b>	<b>7.6</b>	<b>3.7</b>	<b>1.9</b>	<b>100</b>

SILVA, Olga  
 Maria Panhoca da;  
 Prando, Rodrigo  
 A., Panhoca, Luiz.  
 Os imigrantes e a  
 violência na cidade  
 de São Paulo no  
 início do século 20.  
*Salusvita*, Bauru,  
 v. 27, n. 3, p. 45-  
 XX, 2007.

SILVA, Olga  
Maria Panhoca  
da; PRANDO,  
Rodrigo A.;  
PANHOCA, Luiz.  
Os imigrantes e a  
violência na cida-  
de de São Paulo  
no início do sécu-  
lo 20. *Salusvita*,  
Bauru, v. 27, n. 3,  
p. 317-336, 2007.

## DISCUSSÃO

Em 1910, a agressão acometia em igual número brasileiros e italianos com 39% do total de casos. Portugueses representavam 16% do total. Provavelmente, este gráfico mostra a composição da população da cidade de São Paulo.

Em 1920, devido à proibição da imigração italiana e o incentivo à imigração portuguesa e espanhola, o percentual de agressões a italianos diminuiu. Outro fator responsável por esse declínio é que a nova geração (filhos de italianos), nascida no Brasil, era considerada brasileira. Apesar da explicação de que a violência e especialmente as agressões ocorreram mais em homens jovens, dez anos de brecha na história explicaram a transição.

Com relação aos acidentes, em 1910, 65% acometiam imigrantes, sendo que 61% acometiam imigrantes europeus. Os italianos eram a maior parte deles, representando 52%. Inúmeras pesquisas sobre imigrantes enfatizam que os mesmos viajavam, viviam e trabalhavam em condições terríveis. Os brasileiros estavam menos expostos aos acidentes do que os imigrantes. Em 1920, os portugueses e imigrantes de outras nacionalidades assumiram as piores condições de trabalho.

Os imigrantes europeus tornaram-se cidadãos mais velhos, seus filhos e netos mudaram hábitos e as culturas se misturaram entre os mesmos. Em 1920, supõe-se que  $\frac{2}{3}$  da população era composta por imigrantes ou descendentes destes; parte deles entrou para atividades políticas e tornou-se um modelo de ascensão social (FAUSTO et al., 1995). A Constituição brasileira permitiu mais condições aos cidadãos brasileiros do que aos imigrantes europeus.

A migração (e, nesse caso, também a imigração) não pode ser apenas ser compreendida em sua dimensão territorial e demográfica. É certo que o deslocamento de pessoas tem um impacto territorial e demográfico importantes, mas não é só. É necessário entender a imigração como deslocamentos sociais. Muda-se de contexto social, cultural e político (MARTINS, 2002).

O que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: a sua força de trabalho. O desenraizamento do camponês não está simplesmente em sua expulsão da terra. É reduzi-lo à única coisa que interessa ao capitalismo, que é a condição de vendedor de força de trabalho. (MARTINS, 2002, p. 121).

É necessário pensar como o imigrante não só se desloca territorial e demograficamente, mas também o conjunto da unidade social de referência do migrante que se desloca juntamente com ele.

Quando se aborda o deslocamento do conjunto da unidade social de referência, aborda-se, juntamente, o encontro dessa unidade social com a outra unidade social. Faz-se, assim, imperioso destacar a questão da assimilação. Esta é a fusão cultural e, como tal, afiliação espiritual e afetiva (WILLEMS, 1940).

O imigrante oferece dados sociais e culturais e estes se confrontam com os dados sociais e culturais encontrados. Alguns são selecionados e permanecem e outros são eliminados. Dessa forma, podemos destacar os seguintes dados que o imigrante traz consigo e que se relaciona com os encontrados:

1- instituições familiares; formas de casamento; relações entre esposos, pais e filhos, filhos entre si; responsabilidades legais e sociais dos cônjuges; divórcio; sucessão; relações sexuais extranupciais; adultério; posição social de filhos naturais. 2 – Relações sexuais entre pessoas solteiras. 3 – Língua. 4 – Instituições educacionais; posição social das crianças, educação formal e informal. 5 – Religião. 6 – Superstições. 7 – Mentalidade política; formas de subordinação e dominação. 8 – Mentalidade econômica; formas de trabalho, de produção e de consumo. 9 – Vestuário e enfeite. 10 – Arte e literatura. 11 – Atividades recreativas; jogos, danças (*sic*), esportes, festas. 12 – Técnica; habilidades manuais e intelectuais. Habilitações, utensílios e ferramentas. (WILLEMS, 1940, p. 16-17).

Transferidos esses elementos e sua conseqüente eliminação ou mudança dado ao encontro de dois grupos culturais distintos, constitui-se a chamada aculturação. A imigração comporta elementos mais complexos do que, à primeira vista, pode parecer. Relações sociais entre os que são diferentes causam, ao mesmo tempo, estranhamento e fascínio. Contudo, essas relações são determinadas de acordo com a base social existente. O mando e a obediência seguem as estruturas sociais vigentes. O poder político representa, nesse caso, o poder dos detentores de terra, capital e bens em geral.

Na Europa, no início do século 20, em decorrência de uma ampla gama de fatores – Revolução Industrial, crescimento populacional, maior liberdade para migrar e as medidas liberalizadoras advindas da Revolução Francesa –, havia um grande contingente de pessoas dispostas a emigrar (PETRONE, 1984).

Migrações transoceânicas, êxodo rural, industrialização e urbanização acelerada são aspectos de um mesmo fenômeno (PETRONE,

SILVA, Olga Maria Panhoca da; PRANDO, Rodrigo A.; PANHOCA, Luiz. Os imigrantes e a violência na cidade de São Paulo no início do século 20. *Salusvita*, Bauru, v. 27, n. 3, p. 317-336, 2007.

SILVA, Olga  
Maria Panhoca  
da; PRANDO,  
Rodrigo A.;  
PANHOCA, Luiz.  
Os imigrantes e a  
violência na cida-  
de de São Paulo  
no início do sécu-  
lo 20. *Salusvita*,  
Bauru, v. 27, n. 3,  
p. 317-336, 2007.

1984). A incansável busca por trabalho e a real possibilidade de conseguir terras tornou a América, onde havia terras disponíveis, o ponto de visada de grandes massas populacionais de europeus pobres.

Havia, na Europa, fatores de repulsão desses contingentes humanos: pauperismo, ausência de trabalho e difícil acesso à propriedade fundiária. A crescente urbanização e industrialização, bem como a agricultura, foram capazes de absorver essas pessoas. Havia, nos países americanos, fatores de atração: fácil acesso a terra, trabalho em abundância, possibilidade de enriquecer ou, ao menos, sobreviver com dignidade. A conjugação desses dois fatores – repulsão e atração – levou-nos, historicamente, às grandes imigrações transoceânicas. Todavia, o principal motivo para essas imigrações era, sem dúvida, a possibilidade de acesso à propriedade fundiária: a terra.

Entraram, no Brasil, entre 1820 e 1947, um total de 4.903.991 imigrantes, sendo que até 1929 seriam 4.492.702 (CARNEIRO apud PETRONE, 1984). A partir de 1850, o fluxo imigratório foi realmente significativo com cerca de 117 mil imigrantes naquela década, atingindo, na década de 1880, cerca de 527 mil, enfatizando-se a culminância na década de 1890, quando entraram no país mais de 1,2 milhão de imigrantes.

Os ideólogos do progresso enxergavam no binômio imigrante/pequena propriedade uma forma de se adequar às exigências do capital em sua nova fase. Para eles, o imigrante na pequena propriedade deveria ser o agente modernizador e, conseqüentemente, transformador da sociedade e da economia brasileira. No entanto, essa idéia não logrou êxito, já que, a partir de 1870, os cafeicultores viam no imigrante o substituto da mão-de-obra escrava (PRANDO, 2003).

Antes mesmo da libertação dos escravos, a sociedade senhorial vigente se mobilizou para garantir seus direitos:

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificam os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. (MARTINS, 1979, p. 59).

Aí reside o fulcro da questão. As transformações sociais que estavam se configurando e que levariam à abolição do trabalho cativo fizeram com que se criassem, ao menos, mecanismos legais de sujeição do trabalho, já que o trabalhador não poderia ser mais sujeitado como dantes. O Estado colocou-se ao lado dos grandes fazendeiros e isso levou à criação de barreiras para o acesso a terra. Só poderia ser garantido, legalmente, o acesso a terra por meio da compra e essa só poderia se dar graças ao trabalho. Terminava o cativo da pessoa e

iniciava-se o cativo da terra. A terra não poderia estar disponível, devoluta. Se isso tivesse ocorrido, tanto escravos libertos e imigrantes poderiam ocupá-la em pequenas propriedades ruindo, com isso, as bases da economia agrária exportadora. Estabelecendo preço para a terra, garantia-se que seu acesso fosse apenas mediante a compra. E a compra só era possível com o trabalho constante das famílias que reuniriam poucos recursos ao final de anos de trabalho árduo. Não se faz necessário enfatizar que poucos foram os colonos que conseguiram adquirir seu pedaço de terra através da compra.

Mesmo o colono era, ainda, visto como renda capitalizada, pois o fazendeiro custeava seu transporte, alimentação e moradia. Nesse esquema, o colono já entrava no processo produtivo com débitos para com o fazendeiro. Embora fosse livre, essa liberdade era ficção já que tinha débitos para com o fazendeiro. Não podia mudar de patrão ao seu bel-prazer, isso só era possível se o novo patrão assumisse suas dívidas frente ao antigo. Nesse sentido: “embora os colonos fossem juridicamente livres, economicamente não o eram” (MARTINS, 1979).

Temos, portanto, uma frustração do ideal do imigrante. As terras em abundância que o Brasil oferecia não lhes foram de fácil acesso. Muitos imigrantes conseguiram acumular dinheiro e, conseqüentemente, conseguiram comprar terras e se tornar pequenos proprietários. A grande maioria, contudo, viu-se frustrada diante do artil da elite dominante brasileira que, ao perder o negro como cativo, transformou a terra em cativa.

Uma sociedade de viés violento – dada à escravidão – e de “subjetividade autoritária” (ADORNO, s/d) – dada à sua estrutura social desigual – gerou inúmeros embates entre os imigrantes e os proprietários de terras, bem como demais “brasileiros” (escravos libertos, homens pobres e livres, pequenos comerciantes, pequenos proprietários de terras, etc.).

A discussão de caráter sociológico da literatura clássica sobre a sociedade brasileira permitiu-nos considerar que há, na sociedade brasileira, uma estrutura social que primou pela concentração da propriedade de terra, pelo trabalho escravo durante cerca de quatro séculos e de uma economia monocultora voltada para a exportação. As relações sociais derivadas dessa estrutura social acarretaram numa sociedade desigual e violenta. A sociedade na Idade Média assumia como principal fonte de riqueza a propriedade da terra e as relações de poder baseavam-se no caráter pessoal da dominação entre senhor feudal e servo. Com o advento do capitalismo, o poder econômico recaí sobre a posse de capital, que passou por várias fases (acumulação primitiva, capitalismo comercial, capitalismo industrial, concorrencial, monopolístico e, hoje, financeiro).

SILVA, Olga  
Maria Panhoca  
da; PRANDO,  
Rodrigo A.;  
PANHOCA, Luiz.  
Os imigrantes e a  
violência na cidade  
de São Paulo  
no início do século  
20. *Salusvita*,  
Bauru, v. 27, n. 3,  
p. 317-336, 2007.



SILVA, Olga  
Maria Panhoca  
da; PRANDO,  
Rodrigo A.;  
PANHOCA, Luiz.  
Os imigrantes e a  
violência na cida-  
de de São Paulo  
no início do sécu-  
lo 20. *Salusvita*,  
Bauru, v. 27, n. 3,  
p. 317-336, 2007.

No Brasil, que durante séculos alicerçou sua sociedade em bases agrárias, a vinda dos imigrantes não foi, imediatamente, suficiente para modificar o caráter dessa sociedade. A abolição da escravidão não permitiu a inserção do negro na sociedade de classes. O imigrante, por sua vez, não imigrou, apenas, de um espaço territorial e demográfico, imigrou, sobretudo, de uma unidade social para outra. Havendo, portanto, relações entre suas características culturais e a cultura encontrada no Brasil.

A elite dominante brasileira autoritária e violenta transfere para o imigrante sua força. Não só a elite, mas todo o conjunto da sociedade brasileira verá no imigrante, no “outro”, no “estranho”, um adversário em potencial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números obtidos na análise dos laudos do IML comprovam que a relação entre agressão e acidente entre brasileiros e imigrantes é assimétrica. Imigrantes sofreram muito mais agressões do que acidentes, especialmente os imigrantes do oriente médio com percentual de 75% (Tabela 2).

O caráter violento e autoritário da sociedade brasileira vai delinear uma realidade em que a agressão pessoal contra o imigrante vem a ser um importante problema de saúde no começo do século 20, juntamente com desastres, acidentes de trabalho, domésticos e de trânsito.

No Brasil, a vulnerabilidade recaiu, sempre, sobre os mais fracos, sejam eles os escravos, os libertos, os homens pobres e livres ou os imigrantes. Relações de poder assimétricas, ausência de um Estado que regule as relações de cidadania, condições de trabalho e de moradias insalubres refletem-se em números que, estaticamente, corroboram nossa tese de violência e autoritarismo subjacente à sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. *Exclusão sócio-econômica e violência*. Núcleo de Estudos da Violência/USP. Preparado para o ciclo de Conferências “Sociedad sin Violencia”, promovido pelo PNUD, El Salvador. Disponível em: <[www.nev.prp.usp.br](http://www.nev.prp.usp.br)>. Acesso em: 2 nov. 2005.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BARON, R. A.; RICHARDSON, D. R. *Human aggression*. 2. ed. New York: Plenum, 1994.

CAMPOS, M. A violência entra armada nas escolas da zona sul. São Paulo, *Jornal da Tarde*, 15 jun. 1998.

CENNI, F. *Os italianos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes/Edusp: 1975.

CERRI, L. F. *A ideologia da paulistanidade*. São Paulo: W. Roth, A. D. Central; Círculo do Livro, 1997.

COTRIM, G. *História e consciência do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DONATO, H. *A revolução de 32*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

FAUSTO. B. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

FAUSTO. B. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1991.

FAUSTO. B. et al. Imigração e participação política na primeira república: o caso de São Paulo. In: *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1995.

FEIGUIN, D.; LIMA, R. S. Tempo de violência, medo e insegurança em São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, n. 9, v. 2, p. 73-80, 1995.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRÚGOLI JUNIOR, H. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GAWRYSZEWSKI, V. P. *A Mortalidade por Causas Externas no Município de São Paulo*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

HOBSBAWM. E. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editor, 1975.

JOUVENEL, B. D. *Power: the natural history of its growth*. London: Liberty Fund, 1993.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. (Estudos Urbanos).

MARTINS, J. S. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.

\_\_\_\_\_. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

SILVA, Olga Maria Panhoca da; PRANDO, Rodrigo A.; PANHOCA, Luiz. Os imigrantes e a violência na cidade de São Paulo no início do século 20. *Salusvita*, Bauru, v. 27, n. 3, p. 317-336, 2007.

SILVA, Olga Maria Panhoca da; PRANDO, Rodrigo A.; PANHOCA, Luiz. Os imigrantes e a violência na cidade de São Paulo no início do século 20. *Salusvita*, Bauru, v. 27, n. 3, p. 317-336, 2007.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

NABUCO, J. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

OLIVEIRA, C. O. Metrôpolis favelizada: Rio de Janeiro continua sendo. In: HECK, M. (Coord.). *Grandes metrôpolis de América Latina*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *La crisis de la salud en las ciudades: Estrategias de salud para todos frente a la rápida urbanización*. Ginebra, OMS, 1994.

\_\_\_\_\_. *Memorias de Conferencia Interamericana sobre Sociedad Violencia y Salud, nov. 1994*. OMS/OPS, Washington, 1996.

PATARRA, N. *Movimentos populacionais na transição demográfica, São Paulo, 1900 a 1980*. Emigrazione europea e popolo brasiliano. Roma: Centro Studi Emigrazione; Ceisal; Assala; USP, 1987.

PILAGALLO, O. *História do Brasil no século 20 (1900-1920)*. São Paulo: Publifolha, 2002. (Folha explica).

PORTO, A. R. *História urbanística da cidade de São Paulo (1554 a 1988)*. São Paulo: Cathargo & Forte, 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PRANDO, R. A. *As personagens sociais na obra de José de Souza Martins*. 2003. 103 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

SALLES, M. R. R. *Médicos italianos em São Paulo (1890 - 1930): um projeto de ascensão social*. São Paulo: Sumaré; FAPESP, 1997.

SANTOS, M. *O espaço cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1994.

SÃO PAULO – SP PREFEITURA. *O poder em São Paulo: história da administração pública da cidade, 1554-1992*. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, O. M. P.; PANHOCA, L. The violence occurred in Sao Paulo city in the beginning of the Century to Brazilians and to the European immigrants. *Fourth Annual International Congress of the Mediterranean Studies Association*, 2002, Granada.

WILLEMS, E. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

SILVA, Olga  
Maria Panhoca da;  
PRANDO,  
Rodrigo A.,  
Panhoca, Luiz.  
Os imigrantes e a  
violência na cidade  
de São Paulo no  
início do século 20.  
*Salusvita*, Bauru,  
v. 27, n. 3,  
p. 45-64, 2007.